

Entrevista com Edina dos Santos, do NINC, e Maria Margarete, da CGEB

Há mais de 10 anos, a Lei Federal 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar dos ciclos Fundamental e Médio. O objetivo da lei é reconhecer as origens do povo brasileiro, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e o negro na formação da sociedade nacional, além de resgatar a contribuição dos negros nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Nesta entrevista, **Edina dos Santos**, do **Núcleo de Inclusão Educacional (NINC)**, e **Maria Margarete**, da equipe da **Coordenação de Gestão da Educação Básica**, explicam como a Secretaria Estadual da Educação aborda o tema no currículo de sua rede de ensino e desenvolve ações para enfrentar o racismo dentro e fora da escola.

Qual é a importância da lei que determina que todas as escolas públicas e particulares devam ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras no Ensino Fundamental e no Ensino médio?

As ações valorativas são políticas públicas que possuem como objetivo afirmar os princípios da igualdade e cidadania, reconhecendo historicamente a discriminação étnica da população negra e afrodescendente no Brasil. A valorização dessa população implica reconhecer o seu papel histórico e a sua contribuição contemporânea à construção nacional.

Como essa temática está inserida no Currículo de São Paulo?

O Currículo do Estado de São Paulo de História contempla as Leis 10.639/03 e 11.645/08, nos respectivos anos e bimestres:

- 6º Ano/2º Bimestre - O Antigo Egito e a Mesopotâmia.
- 7º Ano/3º Bimestre - Conquista Espanhola na América/Sociedades Indígenas no Território Brasileiro.
- 7º Ano/4º Bimestre - Tráfico Negreiro e Escravismo Africano no Brasil.
- 8º Ano/4º Bimestre - Economia Cafeeira/Industrialização, Urbanização e Imigração.
- 9º Ano/3º Bimestre - Os Nacionalismos na África e na Ásia e as Lutas pela Independência.
- 1ª Série/1º Bimestre - O Oriente Próximo e o Surgimento das Primeiras Cidades.
- 1ª Série/4º Bimestre - Sociedades Africanas da Região Subsaariana até o Século XV.
- 2ª Série/1º Bimestre - Encontros entre Europeus e as Civilizações da África, da Ásia e da América.
- 2ª Série/2º Bimestre - A América Colonial.
- 2ª Série/4º Bimestre - Segundo Reinado no Brasil.
- 3ª Série/1º Bimestre - Nazismo e Racismo.

Destacamos também que o Currículo do Estado de São Paulo de Ciências Humanas contempla a lei em todos os seus componentes: Filosofia, Geografia, História, Sociologia. Disponível para consulta no site: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/236.pdf>, acesso: 19/11/2014.

Como funciona o NINC?

O Núcleo de Inclusão Educacional (NINC) é especializado na proposição e execução de políticas públicas destinadas a garantir a inclusão educacional na rede pública de ensino, a partir do desenvolvimento de ações que atendam, orientem e acompanhem pedagogicamente grupos com especificidades socioculturais e/ou em situações de privação de liberdade, reconhecendo suas especificidades, bem como seus direitos à educação diferenciada e de qualidade.

O atendimento especializado promovido pelo NINC é oferecido, até o momento, nas modalidades de ensino: Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Também atua na Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação e Diversidade Sexual, no Programa Educação nas Prisões e na educação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (internos na Fundação Casa ou em Liberdade Assistida). Após a promulgação da Lei 10.639/03, o NINC vem trabalhando a temática com a rede de ensino, através de orientações técnicas, acompanhamento de atividades, cursos de formação, videoconferências, avaliação de ações e proposições de metas para consolidar uma educação antirracista, com vistas a melhorar o desempenho da rede de ensino.

Quais são as ações da SEE para o enfrentamento do racismo dentro e fora da escola?

Para o enfrentamento do racismo dentro e fora da escola, o NINC conta com uma equipe diversificada e participativa, que são os nossos interlocutores. Eles participam de atividades/orientações e nos trazem as demandas/necessidades da rede.